

O TERCEIRO SETOR E O SERVIÇO SOCIAL: EMPODERAR OU VITIMIZAR?

LOBO, Juliana Desiderio ²

RESUMO

Este trabalho visa contribuir para a reflexão acerca da inserção do Assistente Social no Terceiro Setor, em especial na Associação Refazer, bem como realizar um estudo acerca da ONG na década de 1990.

Palavras chaves: Serviço Social, organização – não – governamental, Política Social

ABSTRACT

This work aims at to contribute for the reflection concerning the insertion of the Social Assistant in the Third Sector, in special in the Association Remaking, as well as carrying through a study concerning the ONG in the decade of 1990.

Key words: Social Service, organizations- not-governmental, policy social

INTRODUÇÃO

O presente trabalho surgiu com indagações referentes à inserção e atuação da Equipe de Serviço Social da Associação Refazer – Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente, a qual presta atendimento sócio – assistencial em prol do melhoramento da qualidade de vida de uma parcela das famílias atendidas pelo Instituto Fernandes Figueira- IFF/Fiocruz, através do Programa de Apoio Familiar.

²Assistente Social formada pela Universidade Federal Fluminense, especialista em Administração e Planejamento de Projetos Sociais pela UNIGRANRIO e mestre em Política Social pela UFF. Atualmente exerce atividade como assistente social no Hospital Central do Exército e docente na Faculdade Flama.

Deste modo, tornou-se relevante fomentar o debate acerca da eficácia dos atendimentos prestados por esta instituição e a sua contribuição para o empoderamento/fortalecimento dos sujeitos. Tendo como eixo de análise a proliferação do Terceiro Setor / ONGs e a inserção do Assistente Social neste espaço.

Ressalta-se a importância dada ao debate travado acerca do fortalecimento do Terceiro Setor / ONGs na década de 90.

O Estado Brasileiro e o Terceiro Setor

O final dos anos 1980 e o decorrer da década de 1990 configuraram mudanças na organização da sociedade civil devido ao desmonte da política social, pois *“a política econômica produz mortos e feridos, e a política social é uma frágil ambulância que vai recolhendo os mortos e feridos que a política econômica vai continuamente produzindo”*. (Kliksberg, 1995, apud Behring, 2003: 103). Tal fato tem como característica fundante a transformação da política social em ações pontuais e compensatórias, visando a privatização e descentralização.

Estas mudanças corroboraram para a reformulação da atuação dos movimentos sociais. Deve-se ressaltar que nos anos 70/80 possuíamos movimentos politizados, de mobilização contra o Estado, articulados aos partidos políticos, sindicatos e a igreja católica. Já nos anos 90, observa-se parte das organizações da sociedade civil sendo institucionalizadas através das ONG's, as quais estruturaram-se como empresa sem fins lucrativos e com a característica de que em sua maioria lutam pelo acesso aos fundos públicos.

Estas entidades não se colocarão contra o Estado como as da fase anterior, originária de movimentos e mobilizações. Estas entidades querem e buscam a parceria com o Estado. As novas entidades autodeterminam-se como Terceiro Setor, pois procuram definir-se pelo que são e não pelo que não são. (GOHN, 1998: 15)

Diferente dos movimentos da década de 70/80, as ONG's de “*militância light*”³ tornaram-se geradoras de emprego / renda, não apenas por valorizar a existência do quadro de funcionários,

³ Segundo Gohn (1998), a “*Militância Light*”, com muita festa, conciliando com os espaços para a família, passou a ser o novo modelo, obrigado a mudanças na rotina das organizações. Entretanto, é necessário ressaltar a diferença política entre os movimentos sociais dos anos 70 e as Ong's dos anos 90. Observa-se que Gohn, trava o debate acerca desta diferenciação com base na influência política no âmbito estatal, colocando as Ong's no chamado pela autora de “*Novos Movimentos Sociais*”. Pois, apesar de ambos tratarem da participação da sociedade civil, o que existe são atuações e formações diferenciadas, principalmente no que tange a influência e ação política.

mas através de projetos sociais que abordem estas temáticas. Sendo assim, observa-se também a captação de recursos para responder às demandas institucionais e a sua auto sustentação, e a entrada do profissional de Serviço Social em seu quadro de funcionários para que existam pessoas qualificadas com a finalidade de gerir recursos, elaborar e implementar projetos sociais. Todavia, as ONG's reforçam a importância do trabalho voluntário e algumas desenvolvem ações de cunho clientelista e assistencialista.

Nos anos 90, observa-se uma prolongada crise que se adentrou no século XXI, cujas conseqüências se espalharam pela economia nacional e internacional, em termos de desequilíbrio macroeconômico, financeiro e de produtividade. A referida crise se dá devido ao intenso processo de internacionalização dos mercados e flexibilização financeira, refletindo na perda da autonomia estatal, acarretando na precarização das políticas sociais.

Trata-se de uma crise estrutural, segundo Mota (2004)⁴, onde as tentativas falhas de solução dão lugar à política neoliberal que pressupõe, principalmente, a desresponsabilização estatal para com as questões referentes ao direito social e a primazia da sociedade⁵ como responsável pela garantia dos direitos aos afetados pelo aumento da pobreza.

Em decorrência da crise que atingia os Estados Nacionais, e, particularmente, o Estado brasileiro, e que inviabilizava a sua intervenção na área de prestação de serviços sociais públicos, temos o que Couto (2004) afirma como: *“as políticas sociais retomam o seu caráter liberal residual; a questão da garantia dos direitos volta a ser pensada na órbita dos civis e políticos, deixando os sociais para a caridade da sociedade e para a ação focalizada do Estado”*.

No contexto brasileiro, os anos 90 trouxeram significativas mudanças no que tange à revisão do papel estatal e das políticas sociais, o que Behring (2003: 15) nomeou de *“contra – reforma”* do Estado brasileiro, marcado por *“um profundo retrocesso social, em benefícios de poucos.(...) configurando-se como uma contra-reforma social e moral, na perspectiva de recompor a hegemonia burguesa no país”*. Observa-se neste contexto o desmonte das políticas públicas e sociais, a ampliação das desigualdades sociais, o desemprego e a precarização do trabalho.

⁴ Trabalho apresentado no XXI CBAS – A reforma do Estado e a participação da sociedade civil na implementação de programas de assistência social.

⁵ Neste caso, ao se falar de sociedade fazemos menção à sociedade civil e ao mercado.

Neste contexto, temos o surgimento da Associação Refazer⁶ - Grupo de Apoio à Criança e ao Adolescente para tentar dar respostas a precarização da saúde pública brasileira, através do atendimento de necessidades pertencentes ao âmbito da Política de Assistência Social, que tem como cerne o “*atendimento a quem dela necessitar*”. A referida instituição é constituída por um espaço eminentemente formado pela sociedade civil, em prol do melhoramento da qualidade de vida de uma parcela das famílias atendidas pelo Instituto Fernandes Figueira⁷.

Segundo relatos sobre a história da instituição, ela foi criada para fazer face ao quadro de sucateamento da saúde pública brasileira e a partir da indignação dos profissionais de saúde frente ao desafio que a alta hospitalar impõe às populações de baixa renda, isto é, o retorno de crianças pós-alta hospitalar às condições que geram as patologias e seu possível agravamento.

Tais relatos mostram que a fundação do Refazer se deu em 12 de setembro de 1995, por profissionais de saúde do Instituto Fernandes Figueira / Fiocruz, juntamente com alguns sujeitos que residiam próximo à referida unidade hospitalar. A partir da sua fundação foram firmadas parcerias com iniciativas privadas e eventos para arrecadar fundo, bem como a mobilização pela participação voluntária. Com o passar do tempo, em 2000, observou-se à necessidade de contratação de um funcionário e atualmente conta-se com 12 funcionários, dentre os 12, 2 compõem a Equipe de Serviço Social.

Neste sentido, pode-se dizer que o Refazer objetiva quebrar o ciclo de miséria-doença-internação-alta-reinternação-morte através do repasse de medicamentos, aparelhos respiratórios/ortopédicos, órteses, próteses, leites especiais, cesta básica e material de construção que auxiliem na manutenção da saúde. Desenvolve também, atividades sócio-educativas, com a coordenação da Equipe de Serviço Social, através do **Programa de Apoio Familiar** que é constituído por projetos sócio-educativos de apoio às famílias. Deste modo, ele é composto pelas ações a seguir, as quais serão caracterizadas a partir da atuação⁸ ou não do Serviço Social. Ações desenvolvidas pela Equipe de Serviço Social conjuntamente aos voluntários: Primeiro

⁶ Instituição de utilidade pública municipal, estadual e federal, sem filiação partidária ou religiosa. Tem como missão quebrar o ciclo miséria – doença – internação – alta – reinternação – morte através da doação de medicamentos, alimentos, material de construção, instrumento de trabalho, palestras e cursos de qualificação profissional e geração de renda. Tal instituição, assim como outras 14, constituem a chamada Rede Saúde Criança. A referida rede é um espaço de relacionamento cooperativo entre organizações autônomas que têm como objetivo comum prestar assistência a crianças e/ou adolescentes e sua família em tratamento e/ou alta hospitalar e em risco social, encaminhada por uma unidade do sistema público de saúde. Sendo a mesma criada em julho de 2003.

⁷ Unidade da FIOCRUZ

Atendimento, Atendimento às Famílias, Assessoramento e Treinamento de Voluntários, Projeto Tempo de Acolhida, Tempo de Despedida, Projeto SOS Adolescente, Projeto Geração de Renda, Projeto Acalanto, Encaminhamento ao judiciário (Apoio Jurídico), Atividades de Lazer e Cultura. Ações de cunho institucional e desenvolvida apenas por voluntários: Projeto Prevenir – Informar para Promover Saúde, Projeto Tijolo, Musicoterapia, Recreação, Bazar e Festas Comemorativas. e Projeto.

Ressalta-se que, o Refazer presta assistência não apenas a famílias pauperizadas, mas em sua grande maioria marcadas pela dificuldade no tratamento pós - alta, desemprego, baixa renda, péssimas condições habitacionais e precárias condições alimentares.

Neste contexto, ao trabalharmos a concepção de ONGs e / ou Terceiro Setor, nota-se uma gama de construções literárias acerca da idéia de um setor social, ao lado do Estado e de um setor empresarial, começou a ser utilizada no Brasil há poucos anos. Em torno dessa expressão, trajetórias históricas concretas de vários segmentos da sociedade civil brasileira, que sempre atuaram com base em diferentes valores, perspectivas e alianças, são re-significadas e tendem a se diluir em um conceito homogeneizado.

A expressão terceiro setor nos traz uma idéia de indiferenciação, unidade, convergência, consenso. Contudo, sabemos que, na realidade, a sociedade civil no Brasil é extremamente diversa, plural e heterogênea, construída ao longo de séculos e marcada por processos brutais de exclusão, concentração de renda e violação de direitos. As organizações naturalmente expressam os conflitos e contradições existentes em nossa sociedade.

A forma como o debate sobre o terceiro setor vem acontecendo no Brasil traz, em si, uma crítica indireta ao papel do Estado na redução da pobreza e na promoção do desenvolvimento, objetivos estes que seriam realizados de forma mais eficiente pela iniciativa privada. No entanto, a década de 1990 é marcada pela proliferação de organizações da sociedade civil, o início do debate acerca da existência ou não de um Terceiro Setor e o aumento de ofertas de trabalho para os assistentes sociais neste campo.

⁸ Quando falamos em atuação é válido ressaltar que tais ações possuem a intervenção da equipe de Serviço Social, seja na correlação de forças, na idealização, na elaboração, no planejamento, na execução, no monitoramento e na avaliação. Uma vez que as demais ações são de caráter institucional e / ou impostas institucionalmente.

A inserção e atuação do Serviço Social no Refazer

A inserção do Serviço Social na instituição em setembro de 2000, tem como objetivo central realizar o acompanhamento das famílias atendidas, intervindo nas questões sociais envolvidas no processo de recuperação e manutenção da saúde. Isto se deu, a partir da observação da Equipe de Saúde e dos Voluntários quanto a dificuldade e a não qualificação adequada para responder as demandas trazidas pelos usuários devido ao aumento do empobrecimento dos atendidos; a violência em suas diversas representações; como também a baixa escolarização, a falta de capacitação profissional e o conseqüente baixo nível de inserção no mercado de trabalho ou em subempregos dos responsáveis pelos atendidos.

Além disso, era e é notório a existência de novos arranjos familiares cujas demandas mais significativas ao Refazer são: a violência doméstica, o uso e abuso de substâncias psicoativas, a gravidez na adolescência, a falta de informação/orientação/acesso aos serviços básicos de saúde, as dificuldades de relacionamento interpessoal – principalmente dos pais na criação dos filhos (questão de limites e reprodução de valores e condutas) – a baixa auto-estima, a ausência de referenciais que confirmam a afirmação de uma identidade (individual e grupal).

Todas estas demandas exigem um trabalho direcionado que possibilite condições de empoderamento desses atores sociais e a transformação desta realidade através da reflexão das questões que emanam destes “conflitos”. O Serviço Social, portanto, aparece como uma das referências para identificação das demandas apresentadas, a reflexão destas demandas de acordo com a realidade e a proposição de alternativas construídas conjuntamente com a população atendida.

No Refazer o assistente social é chamado para intervir nas questões sociais que agravam o processo de recuperação da saúde através do repasse de benefícios, encaminhamentos, realização de visitas domiciliares e acompanhamento familiar. Já existe uma demanda definida que a Instituição acredita ser de responsabilidade dos assistentes sociais, limitando a atuação através de rotinas cotidianas.

Neste sentido, Netto (1996) ao falar sobre a prática profissional faz referências não só das conquistas expressivas, mas também dos impasses existentes neste campo. Destacamos o lastro conservador em relação aos papéis e atribuições do assistente social que em face das novas

demandas têm atitudes defensivas e pouco ousadas perdendo “*as possibilidades de ampliação do espaço profissional*” (pág. 111).

Como a ação profissional é construída e reconstruída cotidianamente, os assistentes sociais precisam abolir os modelos pré-estabelecidos e um dos instrumentos que pode facilitar a apresentação de sua proposta política junto ao seu empregador é o projeto de intervenção que entendemos não ser um simples instrumento a ser consultado, mas um instrumento de negociação e de reconhecimento do Serviço Social no âmbito institucional. A investigação aqui é o ponto fundamental, pois clarifica e direciona as ações profissionais cotidianas. Sendo assim, a pesquisa precisa ser incorporada como atividade constitutiva do trabalho profissional acumulando dados sobre as múltiplas expressões da questão social, isto por que:

(...) é fundamental para a profissão um repensar constante sobre as suas práticas, como maneira de melhorar o trabalho desenvolvido e fugir da alienação profissional. Isso por que, embora o serviço social tenha uma rotina exaustiva de registro, não traduz esses registros em sistematização. Nesse sentido, os estudos e pesquisas sobre o trabalho desenvolvido podem proporcionar um repensar teórico e metodológico deste trabalho, no sentido de avaliar sua pertinência e propor alterações na prática desenvolvida ou no rumo interno destas. (Martins, 2003, pág. 06).

Na prática profissional as reflexões precisam ser constantes, os assistentes sociais precisam conhecer a realidade social. Esse conhecimento seria obtido, segundo Iamamoto (1992, pág. 37), com o “*enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento da dinâmica conjuntural*”.

Para que tal atuação se concretize, o assistente social da referida instituição possui como instrumento de trabalho a entrevista, o relatório social, a visita domiciliar, a reunião de grupo, encaminhamento, o parecer social, o conhecimento científico e teórico, a linguagem adequada e a pesquisa. Acredita-se que a busca contínua do conhecimento tem por primazia no fortalecimento da sua prática profissional, entendendo que é através da articulação entre as técnicas e o conhecimento (práxis), que se obterá uma prática com qualidade (Iamamoto: 2001).

Alguns autores enfocam a necessidade do profissional de Serviço Social desenvolver uma prática que intervindo na realidade social formule respostas que impulsionem a elaboração de propostas que tenham efetividade. Ainda, Vasconcelos (1994) faz uma reflexão sobre alguns temas considerados fundamentais para desenvolvermos uma prática reflexiva, para isto, conceitua prática reflexiva como:

(...)aquela desenvolvida por um trabalhador social que, considerando a questão social – e sua vivência pelas classes populares – enraizadas na dinâmica histórico-conjuntural das

relações entre as classes sociais e destas com o Estado, objetiva, com sua prática profissional, contribuir na construção de uma sociedade democrática, tendo como base a luta pela igualdade econômico-política que amplie e consolide a cidadania. (pág.11)

Sendo assim, refletindo acerca do pensamento da autora, podemos afirmar que a base da prática reflexiva está em tornar sociável a informação como uma forma de indagar e agir sobre a realidade social, pois a população desinformada leva os usuários a não utilizar determinadas instituições enquanto direito social. A relação usuário/profissional deve ser horizontal, tendo o profissional competência para produzir uma ação crítica que cria espaço para o usuário questionar/indagar o seu cotidiano, ele precisa apreender, elaborar e refletir sobre o seu papel político e social.

Deste modo, tendo em vista as concepções acima resgatadas sobre a importância da atuação qualificada do assistente social como um interventor em prol da garantia e do acesso aos direitos e mediador das dificuldades encontradas pelos usuários atendidos pela ONG, verifica-se a necessidade de um redimensionamento do atendimento, que pode ser desenvolvido a partir de uma leitura crítica que supere as visões reducionistas sobre a prática profissional e as atuações que minimizem o usuário.

Construir uma atuação profissional articulada e comprometida com as determinações do código de ética da profissão, conduzindo o trabalho de forma democrática, desmistificando a noção de que o usuário não possui “capacidade” de gerir e decidir sobre as suas escolhas pautar-se na concepção de lutar em prol do empoderamento deste sujeito em contraposição a sua vitimização, onde práticas institucionais posicionam este usuário como coitadinho e foco de solidariedade e / ou ajuda mútua. Tal atuação torna-se um movimento fundamental para garantir o princípio da cidadania no sentido lato.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Revela-se uma ineficiência no fortalecimento do sujeito na luta pela universalidade e qualidade do atendimento de saúde, e a não participação dos usuários nas decisões institucionais. Observa-se o esvaziamento do espaço público, pois parte dos usuários não possui conhecimento acerca do que acessar e como acessar os seus direitos. Outro ponto relevante é a observação acerca da ampliação de ações de caráter caritativo, contrapondo assim a valorização do empoderamento e a luta pelos direitos.

Todavia, instituição alcança o objetivo o qual se dispõe, que é colaborar com a melhoria da condição de saúde da população a qual ela atende. Uma vez que 100% das entrevistadas relataram facilidade na adesão ao tratamento, melhora na saúde e a não internação / reinternação.

Entretanto, faz-se necessário repensar qual é o real papel político da ONG na luta pela efetivação dos direitos, visando a emancipação do sujeito e garantindo a sua inserção no aparato estatal. Por outro lado, o Refazer representa o efetivo acesso dos beneficiários aos recursos que, de outra forma não teriam como obter.

Ocorre, assim, uma busca por ações privadas e não coletivas, sobrepondo o privado ao público. Este fato é marca dos anos 90, onde vemos uma política econômica voltada para a capacitação de recursos financeiros para o pagamento de dívidas e juros externos e, com isso, a diminuição de recursos para as áreas públicas vinculadas aos direitos sociais.

Observa-se nitidamente a imposição da participação dos usuários em alguns projetos, como critério de desligamento institucional a não inserção nos mesmos. Tal fato distorce totalmente o conceito de autonomia / respeito à escolha, onde algo de caráter participativo se torna algo imposto institucionalmente.

Ao tratarmos de conceito como autonomia e escola, nota-se uma desresponsabilização por parte da Associação pelos interesses dos usuários. Torna-se, na verdade, apenas uma ajuda efetiva a determinado segmento da população, o que mascara o processo de afastamento do Estado, e forma uma imagem positiva da ONG. Algo preocupante não é o processo de ajuda realizado pela ONG, e sim qual o padrão de respostas que elas estão defendendo: Essa ajuda permite ou não que os sujeitos superem sua condição ou apenas é uma ajuda que os condena à reprodução da situação de miséria?

As ONG's, em particular a em análise, tem condições de desenvolver um tipo de ajuda que é pontual, focalizada, localizada e bastante assistencialista. Sendo antagonista à Constituição Federal de 1988, que coloca a ação social não como forma de ajuda, e sim como um direito de cidadania.

Vale ressaltar que os fatos supra citados não acontecem por vontade ou escolha dos membros do Refazer, e sim porque a ONG não tem como garantir direito e cidadania. Ela contribui para o afastamento do Estado de suas obrigações, mesmo que não queira e /ou não possa visualizar.

Mediante o exposto, é importante sairmos da questão individual e observarmos o fenômeno como um todo. Vejo como solução à defesa pela efetividade dos direitos garantidos na Constituição de 1988, na LOAS e no SUS, a luta pela radicalização da democracia, a universalização dos direitos e pelo combate à pobreza, às desigualdades e à todas as formas de exclusão, discriminação e opressão através do aparato estatal. Apontando como saída a atuação na formulação e no controle social das políticas sociais e a ampliação da cidadania; a articulação com os movimentos sociais, a participação em redes e fóruns da sociedade civil e a transparência no uso dos recursos públicos.

Neste sentido, a atuação profissional no Refazer, não se apropria da imposição dos serviços institucionais que impedem o usuário de escolher ou decidir sobre questões que envolvem sua vida. Todavia, a condução do trabalho é de forma democrática, socializando informações e, assim, instrumentalizando o usuário para que ele exerça a sua cidadania e reflita sobre o enfrentamento dos seus próprios “conflitos”. Utiliza-se sempre dos referenciais legais como: o Código de Ética Profissional, a Constituição Federal de 1988, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Neste contexto, é de fundamental relevância a participação do profissional de Serviço Social na ampliação das políticas sociais indo além das questões cotidianas e impostas pela ONG. Deve pautar-se na ampliação do acesso e na busca dos direitos à população usuária, ressaltando a importância da participação ativa nos conselhos de políticas e direitos e nos fóruns de debate.

Contudo, faz - se necessário o entendimento acerca da dinâmica do Terceiro Setor nos dias de hoje, onde o que temos é a sociedade produzindo formas associativas para atuar na esfera pública em nome da reciprocidade, filantropia, solidariedade, caridade e compaixão para com os pobres. Tais princípios com o passar do tempo funcionam como modelos de proteção social, e é preciso que os mesmos não apaguem a necessidade de um Estado social de direito fundado na cidadania para todos. Todavia, não é necessário dispensar tais instituições na efetivação da política social, pois existem valores e papéis importantes e políticos nestas organizações.

REFERÊNCIABIBLIOGRÁFICA

ALMEIDA, Érica T. Vieira de. Crítica da metamorfose do conceito de sociedade civil em “terceiro setor”. In: Serviço Social & Sociedade, nº 80. São Paulo:Cortez, novembro 2005.

- BRASIL, Constituição da República Federativa. São Paulo, Saraiva, 1988.
- BRASIL, Estatuto da criança e do Adolescente, Lei 8.069, de 13 de junho de 1990.
- BRASIL, Lei Orgânica da assistência Social, Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993.
- BEHRING, Elaine Rosseti. Brasil em Contra – Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.
- BARRETO, Osvaldo. Terceiro Setor: um novo espaço de sociabilidade pública? In: Bahia. Análise & Dados, Salvador, v.9, n.4, p.90-108, mar. 2000.
- COELHO, Simone de Castro Carvalho. Terceiro Setor: um estudo comparado entre Brasil e Estados Unidos. São Paulo: Editora SENAC, 2000.
- COSTA, Sérgio. Democracia Cosmopolita: déficits conceituais e equívocos políticos in: Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, 2003.
- _____. AS Cores de Ercília: esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: UFMG. 2002.
- _____. Movimentos Sociais, democratização e a construção de esferas públicas locais. Revista Brasileira de Ciências Sociais 12 (35).
- _____. Categorias Analíticas: Notas Bibliográficas sobre o Conceito de Sociedade Civil. São Paulo, 1997.
- COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na Sociedade Brasileira: uma equação é possível? São Paulo: Cortez, 2004.
- FERNANDES, Rubens César. Privado porém Público: o terceiro setor na América Latina. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1994.
- GUEIROS, Dalva Azevedo. Família e Proteção Social: questões atuais e limites da solidariedade familiar. IN: Serviço Social e Sociedade, nº 71, SP: Cortez, 2002.
- GOHN, Mª da Glória. O nova associativismo e o Terceiro Setor. In: Serviço Social & Sociedade, nº 58. São Paulo: Cortez, novembro de 1998.
- _____. Os Sem – Terra, ONG´s e Cidadania. São Paulo: Ed. Cortez, 1997.
- _____. O Protagonismo da Sociedade Civil: Movimentos Sociais, ONG e Redes Solidárias. São Paulo: Cortez, 2005.
- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade. SP, Cortez, 2001.
- LANDIM, Leilah. Ações em Sociedade: militância, caridade, assistência, etc. Rio de Janeiro: NAU, 1998,

_____. Ação Privada em Benefícios Públicos: breve história das ONG's no Brasil. In: Revista Advir, nº4. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, setembro 1994.

MARTINS, Aline de Carvalho. Treinamento da Equipe do Atendimento do Refazer – Ética e Entrevista, RJ, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Editora Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos . Terceiro Setor e Questão Social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: estado e “terceiro setor” em questão. In: Serviço Social & Sociedade, nº 59. São Paulo:Cortez, março 1999.

MOTA, Ana Elizabete. Cultura da Crise e Seguridade Social. SP, Cortez, 1995.

NETTO, José Paulo. Transformações Societárias e Serviço Social. In: Serviço Social & Sociedade, nº 50. São Paulo:Cortez, abril 1996.

PEREIRA, Potyara A. P. Assistência Social na Perspectiva dos Direitos. Brasília, Thesaurus, 1996.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. O Público Não – Estala Na Reforma do Estado. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. A americanização perversa da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: Renavan, 1998.

PROGRAMA de Planejamento Familiar do Refazer. Rio de Janeiro, Refazer: 2001.

SITES CONSULTADOS

<http://www.rits.org.br>

<http://www.abong.org.br>

<http://www.scielo.br>